MARCO AURÉLIO CECCATO

Cartéis em contratações públicas e o Direito Administrativo

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Edmir Netto de Araújo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

MARCO AURÉLIO CECCATO

Cartéis em contratações públicas e o Direito Administrativo

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob orientação do Professor Dr. Edmir Netto de Araújo.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Ceccato, Marco Aurélio

Cartéis em contratações públicas e o Direito Administrativo / Marco Aurélio Ceccato; orientador Edmir Netto de Araújo -- São Paulo, 2017. 223 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Direito Administrativo. 2. Contratações públicas. 3. Cartéis. 4. Fraudes em licitações. 5. Sanções administrativas. I. Araújo, Edmir Netto de, orient. II. Título.

Nome: CECCATO, Marco Aurélio

Título: Cartéis em contratações públicas e o Direito Administrativo

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Para Dorival, Maria Inês, Paulo Henrique,
Guilherme e Maria Fernanda. Todo o meu
agradecimento ainda seria pouco.*

RESUMO

CECCATO, M. A. **Cartéis em contratações públicas e o Direito Administrativo**. 2017. 223 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A dissertação tem por objetivo analisar os cartéis em contratações públicas sob uma perspectiva do Direito Administrativo brasileiro. A pesquisa (doutrinária, normativa e empírica) e a exposição do tema seguiram três eixos de aprofundamento principais. O primeiro capítulo focou os fundamentos jurídicos inerentes aos cartéis em contratações públicas, analisando os principais prejuízos causados por tais fraudes colusivas, a identificação do instituto e o tratamento conferido pela legislação brasileira ao longo do tempo. O segundo capítulo focou a forma de atuação dos cartéis em contratações públicas, investigando as principais condições ou circunstâncias que favorecem o surgimento e a conservação desses conluíus, bem como sistematizou os principais tipos de práticas colusivas verificadas nas contratações administrativas e os respectivos indícios de fraude. Por fim, o terceiro capítulo focou o sancionamento administrativo contra esses cartelistas, examinando as principais penalidades possíveis de serem aplicadas pela Administração Pública e as peculiaridades relacionadas aos processos administrativos sancionadores, apontando ainda possíveis contramedidas a serem adotadas, inclusive consensualmente. A pesquisa evidenciou que os cartéis em contratações públicas causam prejuízos ainda maiores que aqueles cartéis atuantes exclusivamente no mercado privado, possuindo elementos característicos e tratamento jurídico próprio ao longo do século XX. Verificou-se que determinadas condições relacionadas à própria dinâmica das contratações públicas favorecem o surgimento de cartéis nesse segmento, os quais usualmente adotam mais de um tipo de prática colusiva com o objetivo de fraudar e dissimular a competitividade entre os concorrentes. Constatou-se, ainda, a existência de uma pluralidade de sanções administrativas atualmente possíveis de serem cominadas contra esses infratores, muito embora haja grande dificuldade processual para se comprovar a existência dos acordos colusivos, o que justifica o crescente movimento de consensualização nesse campo sancionatório (principalmente por meio da celebração de acordos de leniência e de compromissos de cessação de prática), a fim de conferir uma resposta punitivo-preventiva minimamente satisfatória por parte da Administração Pública.

Palavras-chave: Cartéis. Contratações públicas. Fraudes em licitações. Sanções administrativas.

ABSTRACT

CECCATO, M. A. **Cartels in public procurement and Administrative Law**. 2017. 223 p. Dissertation (Master degree) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The purpose of this dissertation is to analyze cartels in public procurement under a Brazilian Administrative Law perspective. The research (doctrinaire, normative and empirical) and the exposition of the subject were based on three main aspects of analysis. The first chapter focused on the legal bases regarding cartels in public procurement, analyzing the main damages caused by such collusive frauds, the identification of the institute and the treatment by Brazilian legislation over time. The second chapter focused on how cartels operate in public procurements, investigating the main conditions or circumstances that favor the emergence and establishment of these frauds, as well as systematizing the main types of collusive practices observed in administrative procurements and the respective signs of deception. Finally, the third chapter focused on the administrative sanctioning against these cartelists, examining the main penalties possible to be imposed by the Public Administration and the peculiarities related to administrative sanctioning procedures, pointing out possible countermeasures to be adopted, even consensually. The research showed that cartels in public procurement cause even greater losses than cartels that operate exclusively in the private market, having distinctive elements and a specific legal treatment throughout the twentieth century. It was verified that certain conditions related to the dynamic of public procurements favor, in this segment, the emergence of cartels, which usually adopt more than one type of collusive practice with the purpose of defrauding and dissimulating competition among business players. The existence of several administrative sanctions, currently possible to be imposed on these offenders, was also observed, although there is great procedural difficulty in proving the existence of the collusive agreements, which justifies the growth of a consensus movement in this area (mainly through leniency and settlement agreements), to provide a minimally satisfactory punitive-preventive response by the Public Administration.

Keywords: Cartels. Public procurement. Bid-rigging. Administrative sanctions.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CEIS	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
CGCP	Coordenação-Geral de Análises de Infrações no Setor de Compras Públicas
CGU	Controladoria Geral da União
CIBD	Certificate of Independent Bid Determination
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FDD	Fundo de Defesa de Direitos Difusos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDC	Lei de Defesa da Concorrência
ME	Microempresa
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODP	Observatório da Despesas Pública
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development
PIB	Produto Interno Bruto
PLS	Projeto de Lei do Senado
PMI	Procedimento de Manifestação de Interesse
RDC	Regime Diferenciado de Contratações
SBDC	Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência
SDE	Secretaria de Direito Econômico
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
SISG	Sistema de Serviços Gerais
SNDE	Secretaria Nacional de Direito Econômico
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCC	Termo de Compromisso de Cessação
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. CARTÉIS EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: FUNDAMENTOS.....	18
1.1. Prejuízos causados pelos cartéis em contratações públicas	19
1.2. Identificação do instituto jurídico: conceito e características	23
1.2.1. Cartéis em licitações públicas	24
1.2.2. Cartéis em contratações públicas diretas	32
1.3. Tratamento conferido aos cartéis em contratações públicas na legislação brasileira: estudo comparativo.....	33
1.3.1. Legislação de licitações e contratos administrativos	36
1.3.1.1. <i>Primeira fase</i>	37
1.3.1.2. <i>Segunda fase</i>	39
1.3.1.3. <i>Terceira fase</i>	43
1.3.1.4. <i>Quarta fase</i>	49
1.3.2. Legislação administrativa geral	53
1.3.2.1. <i>Lei 4.717/1965 (ação popular)</i>	54
1.3.2.2. <i>Lei 7.347/1985 (ação civil pública)</i>	55
1.3.2.3. <i>Lei 8.429/1992 (improbidade administrativa)</i>	56
1.3.2.4. <i>Lei 8.443/1992 (Tribunal de Contas da União)</i>	59
1.3.2.5. <i>Lei 12.846/2013 (“lei anticorrupção” ou “lei da empresa limpa”)</i>	61
1.3.3. Legislação concorrencial	63
1.3.4. Legislação criminal.....	69
1.3.5. Conclusão comparativa.....	73
2. CARTÉIS EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: ATUAÇÃO.....	77
2.1. Condições que favorecem a prática de cartéis nas contratações públicas.....	77
2.1.1. Estrutura e dinâmica do mercado.....	78
2.1.2. Barreiras à entrada. As condições de participação e os requisitos de habilitação nas licitações públicas	82
2.1.3. Homogeneidade dos produtos ou serviços.....	85
2.1.4. Modelagem e rigidez das licitações	87
2.1.5. Licitações pelo procedimento clássico (sem inversão de fases)	89

2.1.6. Contratações recorrentes	92
2.1.7. Participação de consórcios e possibilidade de subcontratação	94
2.1.8. Publicidade das contratações públicas	96
2.1.9. Contatos frequentes entre concorrentes	101
2.1.9.1. Modalidades licitatórias presenciais.....	102
2.1.9.2. Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) e de pré-qualificação.....	104
2.1.9.3. Participação de sindicatos e associação de classe na organização dos cartéis..	106
2.2. Tipologia das principais práticas colusivas nas contratações públicas.....	107
2.2.1. Fixação de preços.....	109
2.2.2. Propostas fictícias ou de cobertura (“cover bidding” ou “complementary bidding”).....	116
2.2.3. Supressão de propostas (“bid suppression”).....	121
2.2.4. Propostas rotativas ou rodízio (“bid rotation”).....	126
2.2.5. Divisão do mercado (“market allocation” ou “market division”).....	128
2.2.6. Práticas correlatas aos cartéis em contratações públicas	130
2.2.6.1. Consórcios e subcontratações entre concorrentes	130
2.2.6.2. Criação (fraudulenta) de pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo	132
2.3. Indícios que apontam para a existência de cartéis em contratações públicas	136

3. CARTÉIS EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: SANCIONAMENTO ADMINISTRATIVO

3.1. Tipologia das sanções administrativas aplicáveis aos cartelistas que atuam nas contratações públicas.....	143
3.1.1. Sanções pecuniárias	145
3.1.2. Sanções impeditivas (ou suspensivas) de direitos	148
3.1.2.1. Suspensão temporária, impedimento ou proibição de licitar e contratar.....	148
3.1.2.2. Declaração de inidoneidade	156
3.1.2.3. Vedação a benefícios fiscais e creditícios	162
3.1.2.4. Proibição de exercer o comércio em nome próprio ou como representante de pessoa jurídica.....	164
3.1.3. Sanções impositivas de deveres	165
3.1.3.1. Publicação de decisão condenatória.....	165
3.1.4. Outras sanções administrativas	167

3.1.5. Conclusões comparativas.....	169
3.2. Peculiaridades dos processos administrativos sancionadores: a dificuldade de produção de prova contra cartéis em contratações públicas.....	175
3.2.1. Contramedidas que podem facilitar a produção de provas contra cartéis em contratações públicas	179
3.2.1.1. <i>Modificação da política legislativa interna e nacional</i>	180
3.2.1.2. <i>Capacitação de servidores</i>	181
3.2.1.3. <i>Declaração de Elaboração Independente de Proposta</i>	182
3.2.1.4. <i>Fortalecimento de mecanismos de controle interno e externo e auditorias</i>	185
3.2.1.5. <i>Ampliação e divulgação de canais de denúncias</i>	186
3.3. Soluções consensuais: acordos no processo sancionador como forma alternativa de desmantelamento de cartéis em contratações públicas	191
3.3.1. Acordos de leniência.....	193
3.3.2. Compromissos de cessação de prática	196
3.3.3. Termos de ajustamento de conduta.....	198
 CONCLUSÃO	 202
 REFERÊNCIAS.....	 208
Documentos institucionais	217
Casos.....	219
Notícias.....	222

INTRODUÇÃO

Cartéis em contratações públicas podem ser entendidos, genericamente, como ajustes ilícitos entre concorrentes do mercado com o objetivo de fraudar a competitividade prévia aos contratos celebrados com a Administração Pública.

Como os cartéis em contratações públicas podem ser analisados sob diferentes perspectivas jurídicas, a fim de evitar o risco de uma ampliação demasiada do objeto de estudo a pesquisa foi centrada em uma análise a partir do Direito Administrativo (daí o título escolhido “*Cartéis em contratações públicas e o Direito Administrativo*”).¹ Além disso, porque vigora em nosso ordenamento jurídico a obrigação constitucional de licitar, é natural que o desenvolvimento do trabalho seja focado no estudo dos cartéis em contratações públicas precedidas de licitação.

As chamadas contratações diretas (sem licitação prévia) são hipóteses de exceção em nosso ordenamento jurídico,² razão pela qual os cartéis atuantes nas contratações por dispensa, dispensabilidade ou inexigibilidade de licitação são abordados de maneira subsidiária ao longo do trabalho e apenas quando suas peculiaridades se mostrarem relevantes, até porque muitos dos aspectos a serem enfrentados para os cartéis em licitações públicas são também aplicáveis aos cartéis nas contratações públicas diretas.³

¹ Entretanto, sendo os cartéis em contratações públicas um tema multidisciplinar, sempre que imprescindível foram pesquisados e abordados conceitos e institutos próprios de outras disciplinas jurídicas, principalmente do Direito Concorrencial e do Direito Penal, os quais mantêm intrínseca relação com a prevenção e repressão a cartéis em geral. Em realidade, o fenômeno jurídico é uno, sendo uma questão meramente didática a análise dos cartéis em contratações públicas a partir de um enfoque administrativista. Como bem salienta Edmir Netto de Araújo, “o estudo sistematizado de certa disciplina jurídica deve ter sempre presente o entrelaçamento com as demais matérias do mesmo ou de outro ramo do Direito. Com efeito, o Direito é uno, é um só, e se bifurca em direito público e direito privado como ramos, mais para fins didáticos e de conceituação do que propriamente como manifestação natural da precisão científica” (ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de direito administrativo**, 7ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 56). Em sentido análogo, cf. MARRARA, Thiago. **Sistema brasileiro de defesa da concorrência: organização, processos e acordos administrativos**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 4).

² ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de direito administrativo**, p. 583.

³ Outra razão para a subsidiariedade do estudo dos cartéis nas contratações públicas diretas é o fato de que elas são, muitas vezes refratárias à própria ideia de competição, como, por exemplo, nos casos de fornecedores exclusivos, em que a competição é inviável e, por conseguinte, não se pode cogitar a existência de cartéis. Como os cartéis se desenvolvem, teoricamente, apenas em ambientes em que exista competição comercial, as licitações públicas (que somente ocorrem quando há competição viável) se mostram muito mais relevantes de serem focadas do que as hipóteses excepcionais de contratações diretas.

Ultrapassada essa delimitação *positiva* do tema, são imprescindíveis também algumas delimitações de ordem *negativa*.

Primeiramente, o trabalho *não* analisa em profundidade os cartéis como categoria jurídica geral, com seus requisitos e efeitos tipicamente concorrenciais e penais, ou mesmo puramente econômicos. Esta limitação afasta, de imediato, quaisquer aprofundamentos com relação aos cartéis atuantes no setor privado em geral (ainda que possam existir elementos comuns entre estes e os cartéis em contratações públicas).

Também *não* integra o núcleo do trabalho o estudo de fraudes licitatórias e contratuais em geral, como direcionamentos de editais de licitação, abuso de forma de pessoas jurídicas, utilização de pessoa jurídica interposta, corrupção ativa e passiva, superfaturamento, omissões dolosas no processo licitatório e na gestão do contrato, atos de improbidade etc. Embora essas condutas sejam também ilícitas e muitas vezes correlatas aos cartéis em contratações públicas, as formas de punição e as respectivas sanções são geralmente distintas. Tais fraudes somente são mencionadas e analisadas ao longo do trabalho se, paralelamente, mantiverem alguma relação com o tema central desenvolvido.

Por fim, o objeto de estudo também *não* se confunde com o fenômeno da corrupção nas contratações públicas, muito em voga nos tempos atuais em função do advento da Lei 12.846/2013 (“lei anticorrupção”) e dos noticiários nacionais, que têm reportado constantes fraudes principalmente no âmbito das licitações promovidas por entidades da Administração Pública direta e indireta.

Enquanto a corrupção é uma fraude verticalizada, que pressupõe a participação de ao menos um *agente público* que busca vantagens pessoais no esquema, os cartéis em contratações públicas são fraudes horizontais, exclusivamente entre *agentes privados*, que buscam eliminar a competição prévia à celebração dos contratos administrativos.⁴

⁴ OCDE. **Collusion and corruption in public procurement**, 2010, p. 9. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/competition/cartels/46235884.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015: “Collusion involves a horizontal relationship between bidders in a public procurement, who conspire to remove the element of competition from the process. [...] Corruption constitutes a vertical relationship between the public official concerned, acting as buyer in the transaction, and one or more bidders, acting as sellers in this instance.” Em livre tradução: “A colusão [cartel] envolve uma relação horizontal entre os proponentes em uma contratação

Embora seja bastante comum que os cartéis em contratações públicas e a corrupção ocorram conjuntamente e que seus efeitos muitas vezes sejam parecidos (ambos impactam na função alocativa e eficiência dos gastos públicos), isso não quer dizer que os fenômenos devam ser considerados iguais. Precisam, pois, ser devidamente individualizados e tratados com rigor científico ao longo do trabalho, razão pela qual a questão da corrupção também somente será enfrentada quando relevante para compreensão de alguma questão específica relacionada à cartelização nas contratações públicas.

Em linhas gerais, essas são as delimitações primárias do tema.

Para um adequado desenvolvimento do trabalho, foram adotadas três hipóteses ou questionamentos principais, a fim de delimitar ainda mais o objeto de estudo, orientar a pesquisa e possibilitar, ao fim, uma compreensão sistemática do tema pretendido. São estes os três grupos de questionamentos norteadores do trabalho:

1. *Quais os fundamentos e elementos identificadores dos cartéis em contratações públicas? Quais suas peculiaridades em relação aos cartéis em geral, inclusive com relação ao seu tratamento legislativo?*
2. *Quais circunstâncias facilitam o surgimento dos cartéis em contratações públicas e como eles efetivamente atuam?*
3. *Como a Administração Pública pode responder punitivamente aos cartéis em contratações públicas? Quais as sanções administrativas aplicáveis a esses cartelistas e quais as peculiaridades processuais envolvidas?*

A fim de manter um trabalho coeso, com sistemático enfrentamento desses questionamentos e evitando-se abordagens circulares, o trabalho foi estruturado em três capítulos principais, cada um deles destinado a tratar pormenorizadamente os questionamentos suscitados.

pública, que conspiram a fim de eliminar o elemento de competição do processo. [...] A corrupção constitui uma relação vertical entre o agente público, que atua como comprador na transação, e um ou mais licitantes, que atuam como vendedores na ocasião”.

No primeiro capítulo, serão abordados os principais impactos e elementos identificadores dos cartéis em contratações públicas (principalmente os licitatórios), buscando seu conceito e características diferenciadoras em relação às demais espécies de cartel. Feita essa identificação preliminar, será realizado um estudo comparativo sobre como se deu o tratamento legislativo dos cartéis em contratações públicas, no Brasil, a partir do século XX.

No segundo capítulo, já em um plano mais concreto das contratações públicas, serão analisadas as principais condições ou circunstâncias que favorecem a prática de cartéis nesse segmento, organizando-se, na sequência, uma tipologia das principais práticas colusivas adotadas pelos concorrentes. Ao fim desse segundo capítulo, aproveitando-se a compreensão prévia das condições facilitadoras de cartelização e do comportamento colusivo entre concorrentes, serão sistematizados alguns dos principais indícios que apontam para a existência de cartéis nas contratações públicas.

No terceiro e último capítulo, a abordagem cuidará especificamente do sancionamento administrativo contra os integrantes de cartéis em contratações públicas. Serão sistematizadas as principais sanções administrativas aplicáveis a esses cartelistas e apontadas algumas peculiaridades relacionadas aos processos administrativos sancionadores. Ao término do capítulo, caberá ainda menção aos acordos no processo administrativo sancionador, ajustes cada vez mais comuns entre a Administração Pública e os membros de um cartel como forma de dismantelar tal prática.

Finalizando o trabalho, serão confrontados os objetivos e questionamentos iniciais com as conclusões parciais de cada capítulo, encerrando sistematicamente o estudo e permitindo uma adequada compreensão do fenômeno dos cartéis em contratações públicas, com as delimitações já expostas.

Cabem, por fim, algumas observações quanto à metodologia que permeou a pesquisa e o desenvolvimento da dissertação.

O estudo foi focado nos cartéis em contratações públicas e seu sancionamento no Direito Administrativo *brasileiro*, de modo que os trabalhos acadêmicos, normas e casos de outras jurisdições foram acessórios à compreensão do tema em âmbito nacional e

mencionados somente para efeitos comparativos, desde que relevantes para um determinado tópico estudado. As publicações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, um dos principais repositórios do tema no plano internacional, foram largamente utilizadas, mas sempre destinadas à compreensão dos cartéis em contratações públicas no território nacional.

No mais, adotou-se uma metodologia essencialmente dogmática, com enfoques analítico, normativo e empírico.

O método analítico consistiu na desconstrução e reconstrução⁵ do tema a partir da análise, primeiramente, da doutrina jurídica brasileira, investigando os fundamentos teóricos dos cartéis em contratações públicas e suas peculiaridades. Recorreu-se também, quando necessário, a análises econômicas da cartelização nesse segmento, o que foi amplamente encontrado no levantamento bibliográfico realizado.

Paralelamente ao exame de trabalhos doutrinários, a análise comparativa de diplomas normativos (Constituição Federal, leis formais e atos normativos infralegais) foi outro método aplicado ao longo da pesquisa. O levantamento e catalogação dos principais diplomas relacionados ao tema foram feitos sempre por meio de uma leitura *qualificada* e com o objetivo de identificar o tratamento normativo conferido aos cartéis em contratações públicas ao longo da história do Direito brasileiro.

Por fim, como na ciência jurídica sempre se busca uma relação entre o particular e o universal e um equilíbrio entre a teoria e a prática,⁶ o enfoque empírico foi complementar aos enfoques doutrinário e normativo e trabalhou com casos da jurisprudência judicial e administrativa (principalmente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e do Tribunal de Contas da União). Deve-se ressaltar, no entanto, que o exame empírico assumiu feição *acessória*, porque mesmo que fossem levantados e analisados todos os precedentes relacionados ao tema da dissertação, ainda assim não seria possível formular

⁵ DEMO, Pedro. **Praticar ciência: metodologias do conhecimento científico**. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 31: “o primeiro gesto do conhecimento é desconstrutivo (questionador), para, depois, ser reconstrutivo (propositivo) e permanecer sempre aberto, discutível”.

⁶ FLORES, Alfredo de J. O estudo de casos na perspectiva da metodologia jurídico-filosófica. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 4, n. 3, 2009, p. 9. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5902/198136947036>>. Acesso em: 4 maio 2015.

quaisquer conclusões peremptórias acerca do comportamento dos julgadores quando lidam com a questão, principalmente devido à alta especificidade dos fatos em casos de cartéis.⁷

Expostas todas as questões introdutórias necessárias para a adequada compreensão do objeto de estudo, passa-se ao desenvolvimento do tema.

⁷ Vício metodológico bastante comum é acreditar que um espaço amostral selecionado (no caso, precedentes administrativos ou judiciais) seria suficiente para predizer que casos assemelhados, no futuro, acabariam tendo a mesma solução já verificada no passado. Entretanto, como bem observa Pedro Demo (**Praticar ciência**, p. 15), “a constatação empírica de fatos não permite extrair leis inamovíveis, porque esta constatação é sempre contingente; que as coisas pareçam empiricamente não garante que sejam ou devam ser assim”.

CONCLUSÃO

De acordo com as hipóteses e questionamentos suscitados na introdução deste trabalho, o tema dos cartéis em contratações públicas e sua relação com o Direito Administrativo foi dividido em três capítulos principais: o primeiro destinado à compreensão dos principais fundamentos existentes por detrás do fenômeno; o segundo voltado para a compreensão das condições de surgimento e formas de atuação desses cartéis e o terceiro direcionado a um enfrentamento dos principais pontos relacionados ao sancionamento administrativo contra esses ajustes ilícitos.

Com base nessa divisão inicialmente proposta e na pesquisa realizada, é possível extrair algumas conclusões que sintetizam este trabalho.

No que diz respeito aos principais fundamentos subjacentes aos cartéis em contratações públicas, tem-se que quaisquer conluios (sejam eles em contratações públicas ou não), ao mitigarem artificialmente as condições concorrenciais do mercado, implicam o pagamento de valores injustamente mais elevados por um dado produto ou serviço, além de restringirem as opções de escolha disponíveis ao comprador e desestimularem inovações tecnológicas.

No âmbito das contratações públicas, além desses, os prejuízos causados por cartéis são ainda maiores, pois afora o efeito desmoralizante (principalmente quando associados à corrupção de agente públicos), os sobrepreços pagos pela Administração Pública (e custeados por todos os contribuintes) implicam a redução de recursos disponíveis para as demais prestações administrativas, o que atinge principalmente as classes mais pobres, naturalmente mais dependentes da atuação estatal.

Buscando-se uma identificação primária dos cartéis em contratações públicas enquanto instituto jurídico, verifica-se que eles podem ocorrer tanto nas contratações precedidas de licitação como nas contratações diretas, embora neste caso sejam menos comuns. De todo modo, independentemente da existência ou não de prévia licitação, os cartéis atuantes em contratações públicas são caracterizados essencialmente (i) por causarem um prejuízo *direto* ao erário e *indireto* a todos os contribuintes, (ii) por serem necessariamente ilícitos (ao menos do ponto de vista administrativista) e (iii) demandarem

dos cartelistas uma estratégia de atuação mais complexa do que aquela que se verificaria no mercado privado, principalmente quanto ao manejo das regras de contratação administrativa.

Por meio de um estudo comparativo, analisando-se o modo pelo qual os cartéis em contratações públicas foram tratados pela legislação nacional a partir do século XX, concluiu-se que ao menos desde 1922 sempre houve no ordenamento brasileiro mecanismos jurídicos (ainda que indiretos) de combate à cartelização nesse segmento, mas que a existência de leis, por si só, não foi (ou é) suficiente para coibir o fenômeno, mostrando-se imprescindível a efetiva predisposição dos órgãos de controle em compreender a sistemática por detrás desses ajustes colusivos e em conjugar esforços para reprimir a prática.

Também o estudo comparativo legislativo permitiu a conclusão de que a partir da década de 1990 passou a existir uma complexa sobreposição de mecanismos de controle e de instâncias administrativas sancionadoras, dificultando uma operacionalização juridicamente coerente do sistema repressivo contra cartéis em contratações públicas.

Já quanto à forma de atuação dos cartéis em contratações públicas, foram analisadas as principais condições que favorecem essa prática, cuja compreensão é essencial para se entender como surgem e se mantêm os cartéis atuantes contra a Administração Pública. Constatou-se que algumas dessas condições são tipicamente comerciais, relacionadas à dinâmica do mercado fornecedor, mas outras circunstâncias que facilitam a cartelização decorrem da própria lógica e funcionamento das contratações públicas no Brasil.

Demonstrou-se que a modelagem das contratações, a rigidez do procedimento anterior ao contrato, as barreiras à entrada e a padronização proporcionadas pelos editais, bem como a própria publicidade administrativa, por exemplo, são características próprias das contratações públicas que favorecem o surgimento de conluios. A análise dessas condições facilitadoras permitiu concluir que as contratações públicas, principalmente aquelas precedidas de licitação, são altamente propensas ao surgimento de cartéis contra a Administração Pública.

De todo modo, ainda que presentes condições facilitadoras ao surgimento de cartéis nas contratações públicas, o prejuízo contra a Administração somente se verifica a partir da efetiva adoção de determinados tipos de práticas colusivas pelos concorrentes.

Pode-se falar em “tipos” colusivos pelo fato de que os comportamentos anticoncorrenciais praticados pelos membros do conluio se manifestam de diversas formas e em diferentes momentos do processo de contratação pública. Além disso, é comum a existência de uma combinação de práticas colusivas contra a Administração Pública, sendo impossível um arrolamento fechado e taxativo das condutas fraudulentas que podem ser verificadas nas contratações públicas.

Como visto, a fixação de preços, as propostas de cobertura, o direcionamento do vencedor por meio de supressão de propostas, o rodízio de adjudicatários e a divisão do mercado são práticas colusivas que, usualmente, são adotadas de maneira complementar pelos membros do cartel com o intuito de fraudar o caráter competitivo de uma dada contratação. Afora isso, determinadas práticas aparentemente legais (como subcontratações, formação de consórcios e criação de novas pessoas jurídicas) podem ser manejadas apenas para facilitar a transferência ilegítima de recursos para os cartelistas.

Com relação ao sancionamento administrativo, também por meio de um estudo tipológico identificou-se que o ordenamento jurídico brasileiro atualmente congrega uma pluralidade de sanções administrativas possíveis de serem cominadas contra aqueles que fraudam contratações públicas mediante a prática de cartel, sejam elas pecuniárias, impeditivas de direitos, impositivas de deveres ou, ainda, outras sanções residuais. Tanto a legislação de licitações e contratos administrativos, quanto a legislação administrativa geral e a legislação antitruste preveem determinadas espécies de sanções que, a despeito de terem abrangência federativa e prazos de duração diversos, apresentam similitude quanto ao seu conteúdo punitivo.

Entretanto, nem todas as sanções administrativas previstas em abstrato na legislação brasileira se mostram adequadas como resposta a toda e qualquer prática de cartéis em contratações públicas. Por um imperativo de proporcionalidade sancionatória, as instâncias administrativas sancionadoras devem avaliar, caso a caso, a pertinência lógica de cada uma das sanções à infração cometida, a fim de serem evitados excessos punitivos e outros

prejuízos indiretos à própria Administração Pública, principalmente nos casos em que se proíbe o infrator de licitar e contratar com o poder público ou de ter acesso a benefícios fiscais e creditícios. Tais penalidades podem colocar em risco, em um primeiro momento, a própria preservação da empresa e, em um segundo momento, afetar os seus trabalhadores, o mercado consumidor e a arrecadação tributária.

O estudo das sanções possíveis de serem cominadas contra cartéis em contratações públicas também evidenciou a existência de cenários de sobreposição sancionatória em âmbito administrativo, o que permite questionar, até mesmo, em qual medida o legislador brasileiro efetivamente procurou conferir eficácia normativa ao princípio sancionatório do *non bis in idem* nessa esfera. Embora essa questão específica não tenha sido objeto de aprofundamento no trabalho, mostrou-se relevante sua problematização, inclusive para futuras pesquisas envolvendo o tema.

Quanto aos processos administrativos sancionadores, a grande peculiaridade processual verificada em relação aos cartéis em contratações públicas diz respeito à dificuldade de produção de provas acerca da própria existência de ajustes colusivos entre os concorrentes.

Conquanto a demonstração da existência de todo e qualquer tipo de cartel seja dificultosa, no caso específico dos cartéis em contratações públicas essa dificuldade é ainda maior, por fatores diversos, como: (i) a manipulação de regras licitatórias pelos membros do cartel (e a consequente aparência de legalidade da contratação); (ii) a simulação de competitividade nos certames; (iii) o paralelismo de preços proporcionado pelos editais e pelas pesquisas mercadológicas não necessariamente configurar um indício de colusão; (iv) a ausência de incentivos aos agentes e órgãos públicos para que previnam e apurem a atuação de cartéis em uma dada contratação e, até mesmo, (v) a impossibilidade, como regra geral, de utilização de interceptações telefônicas contra os cartéis em contratações públicas, já que estes são puníveis apenas com pena de detenção, nos termos da atual legislação criminal.

Apesar dessa dificuldade probatória, como os cartéis em contratações públicas deixam alguns indícios característicos de colusão (principalmente pelo fato de adotarem uma estratégia específica de atuação contra a Administração Pública), algumas

contramedidas propositivas, em um cenário ideal, poderiam facilitar a produção de provas contra esse tipo de fraude.

A primeira delas, de ordem legislativa, implicaria a criação de sistemas de bonificação aos agentes públicos que monitorassem e descobrissem esquemas colusivos em contratações públicas, o que poderia ser facilitado se a legislação nacional (administrativa e criminal) também previsse uma distribuição mais equânime das sanções pecuniárias decorrentes do desmantelamento de um cartel, atentando-se, contudo, para o risco de excessos punitivos e desvios de finalidade por parte das instâncias sancionadoras, o que demanda efetivo debate e ponderação dos valores e interesses conflitantes antes da adoção de qualquer medida nesse sentido.

Ainda em termos de política legislativa, o combate e a produção de provas contra cartéis em contratações públicas também poderia ser favorecido caso os crimes de cartel previstos na Lei 8.666/1993 (ou na nova lei geral que vier a ser editada) passassem a ser sancionados com pena de *reclusão*, e não apenas com detenção (como atualmente estabelecido). Essa medida, além de favorecer uma proporcionalidade sancionatória em relação aos crimes genéricos de cartel previstos na Lei 8.137/1990, permitiria a utilização de interceptações telefônicas também contra os cartéis atuantes especificamente nas contratações públicas, segundo a atual sistemática da Lei 9.296/1996.

Afora essas questões de ordem legislativa, outras medidas mais concretas que poderiam ser adotadas pela Administração Pública visando à produção de provas contra os cartéis em contratações públicas envolvem a constante capacitação de servidores públicos que atuam nos processos de contratação, o fortalecimento de mecanismos de controle interno e externo da Administração, a exigência de apresentação de Declaração de Elaboração Independente de Proposta nas licitações e a ampliação de canais de denúncias, inclusive anônimas, embora essa última medida exija maior cautela das autoridades persecutórias para que sejam processualmente válidos os atos processuais que decorram das denúncias apresentadas anonimamente.

Por fim, uma medida consensual que ganha cada vez mais forças como meio alternativo de comprovar e de desmantelar cartéis atuantes em contratações públicas, principalmente em razão das dificuldades probatórias existentes e do grande dispêndio de

tempo e recursos por todos os envolvidos, é a celebração de acordos com os infratores, prévios ou concomitantes aos processos administrativos sancionadores.

Independentemente das polêmicas (teóricas e morais) que podem circundar a celebração desses ajustes, o fato é que os acordos de leniência e os compromissos de cessação de prática têm se tornado instrumentos consensuais de altíssima relevância, justamente por garantirem, em grande parte dos casos, ao menos uma repressão satisfatória aos cartéis em contratações públicas. Sob uma lógica utilitarista, tais acordos podem se mostrar mais convenientes que a condução por longos anos de processos sancionadores que, muitas vezes, têm sua eficácia prática esgotada em razão do reconhecimento de nulidades por parte do Poder Judiciário ou simplesmente pela morosa resposta dada à sociedade.

Já os termos de ajustamento de conduta, usualmente capitaneados pelo Ministério Público, são mecanismos consensuais que se mostram mais adequados sob uma lógica preventiva, principalmente quando celebrados com órgãos e entes da Administração Pública visando a uma melhoria da transparência e a um ganho de eficiência no controle contra cartéis em contratações públicas. Sobretudo em localidades mais afastadas dos grandes centros, onde é mais rara a existência de agentes públicos capacitados, a capilaridade proporcionada pela organização do Ministério Público no país pode ser importante aliada na criação de uma rede nacional de prevenção e combate a cartéis em contratações públicas.

Tem-se, assim, que os cartéis em contratações públicas, a despeito de seu pouco aprofundamento pela doutrina jurídica brasileira, configuram tema de mais alta relevância, tanto para aqueles que integram a Administração Pública e suas instâncias de controle quanto para a população em geral (que, afinal, é a grande prejudicada e a mais interessada na repressão a esses atos ilícitos). Sem qualquer pretensão de esgotamento do tema, espera-se que o trabalho desenvolvido possa contribuir no combate a essa disfunção que assola as contratações públicas no Brasil e que a comunidade científica, dedicando maior atenção ao fenômeno, colabore cada vez mais para a evolução acadêmica do assunto.

REFERÊNCIAS

ALBANO, G. L. *et al.* Preventing collusion in procurement: a primer. **Handbook of Procurement – Cambridge University Press**, 2006. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=896723>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. **Contrato administrativo**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de direito administrativo**, 7ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015.

BAPTISTA, Luiz Olavo. Origens do direito da concorrência. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 91, p. 3–26, 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67325>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

BARROSO, Luís Roberto. A constitucionalização do direito e suas repercussões no âmbito administrativo. *In*: ARAGÃO, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (Org.). **Direito administrativo e seus novos paradigmas**. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 31–63. Disponível em: <<http://www.editoraforum.com.br>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

BAKER, Jonathan B. The case for antitrust enforcement. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 17, n. 4, p. 27–50, 2003. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3216930>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BOGOSSIAN, Andre Martins. O diálogo concorrencial. **Boletim de Direito Administrativo (BDA)**, v. 4, n. 26, p. 432–448, 2010

BOSON, Daniel Silva. **Sanções por formação de cartel no Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Brasília, Brasília. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/284>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

CAMPOS, Francisco. As práticas de conluio nas licitações públicas à luz da teoria dos jogos. **Revista Análise Econômica**, v. 50, n. 26, p. 185–206, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10919>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

CARNEIRO, Breno Zaban. **Barreiras à entrada e habilitação em licitação**: o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal visto sob as perspectivas do direito administrativo e do

direito antitruste. Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2608>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Controle da administração pública e responsabilidade do Estado. *In*: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (Org.). **Tratado de direito administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v. 7.

CAVALCANTI, Themistocles Brandão. **Tratado de direito administrativo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1955.

CECCATO, Marco Aurélio. **Cartéis em licitações: estudo tipológico das práticas colusivas entre licitantes e mecanismos extrajudiciais de combate**. 2012. Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CRETELLA JÚNIOR, José. As categorias jurídicas e o direito público. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 62, n. 2, p. 213–222, 1966. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66520>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

_____. O direito comparado no curso de pós-graduação. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 76, p. 87–95, 1981. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66915>>. Acesso em: 11 maio 2015.

_____. **Licitações e contratos do Estado**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

CUIABANO, Simone Maciel *et al.* Filtrando cartéis: a contribuição da literatura econômica na identificação de comportamentos colusivos. **Revista de Defesa da Concorrência**, v. 4, p. 43–63, 2014. Disponível em: <<http://revista.cade.gov.br>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

DALLARI, Adilson Abreu. **Aspectos jurídicos da licitação**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

DEMO, Pedro. **Praticar ciência: metodologias do conhecimento científico**. São Paulo: Saraiva, 2011.

DIAS, José de Nazaré Teixeira. **A reforma administrativa de 1967**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/12415>>. Acesso em: 7 nov. 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FARIA, Antônio Bento de. **Código Penal Brasileiro (Decreto nº 2.848 de 7 dezembro de 1940)**. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto Editora, 1943.

FARIA, Evandro Rodrigues de *et al.* **Estudo comparativo de redução de custos e tempo nas modalidades de licitação por pregão eletrônico e presencial**. 8º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2008. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Os cartéis e a licitação. **Boletim de Direito Administrativo (BDA)**, v. 7, n. 7, p. 385–392, 1991.

FIGUEIREDO, Marcelo. **Probidade administrativa**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

FIUZA, Eduardo Pedral Sampaio; MEDEIROS, Bernardo Abreu de. **A agenda perdida das compras públicas: rumo a uma reforma abrangente da lei de licitações e do arcabouço institucional**, 2014. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2015

FLORES, Alfredo de J. O estudo de casos na perspectiva da metodologia jurídico-filosófica. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 4, n. 3, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5902/198136947036>>. Acesso em: 4 mai. 2015.

FORGIONI, Paula. **Os fundamentos do antitruste**. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

FRANCESCHINI, José Luiz Vicente de Azevedo; FRANCESCHINI, José Inácio Gonzaga. **Poder econômico: exercício e abuso: direito antitruste brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

FRANCO, Alberto Silva *et al.* **Código Penal e sua interpretação jurisprudencial**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

FREITAS, Rafael Vêras de. O combate aos cartéis nas licitações: visando à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016. **Revista de Direito Público da Economia - RDPE**, v. 33, n. 9, p. 169–204, 2011.

GASPARINI, Diogenes. **Crimes na licitação**. 3. ed. São Paulo: Editora NDJ, 2004.

GICO JUNIOR, Ivo Teixeira. **Cartel**: teoria unificada da colusão. São Paulo: Lex Editora, 2006.

GILBERTO, André Marques. **O processo antitruste sancionador**. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-08072010-175038/pt-br.php>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

HAGE SOBRINHO, Jorge. Lei 12.846/2013: lei da empresa limpa. **Revista dos Tribunais**, n. 947, p. 37–55, set. 2014.

HEIMLER, Alberto. Cartels in public procurement. **Journal of Competition Law & Economics**, 2012. Disponível em: <<http://jcle.oxfordjournals.org>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

JORDÃO, Eduardo Ferreira. A advocacia da concorrência como estratégia para redução do impacto anticompetitivo da regulação estatal. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**, v. 17, 2009. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 13. ed. São Paulo: Dialética, 2009.

_____. **Comentários ao RDC**: Lei 12.462/11 e Decreto 7.581/11. São Paulo: Dialética, 2013.

_____. **Pregão**: comentários à legislação do pregão comum e eletrônico. 4. ed. São Paulo: Dialética, 2005.

KOVACIC, William E *et al.* **Bidding rings and the design of anti-collusive measures for auctions and procurements**. 2006. Disponível em: <<https://faculty.fuqua.duke.edu>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

LEITÃO, Antonio Jorge. **Obras públicas: artimanhas & conluíus**. 5. ed. São Paulo: Editora Universitária de Direito, 2014.

LIRA, Bruno de Oliveira. **Cartéis em licitação: utilizando a teoria dos leilões para avaliar a legislação licitatória nacional**. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10123>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

MAGGI, Bruno Oliveira. **O cartel e seus efeitos no âmbito da responsabilidade civil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-28012011-140203/pt-br.php>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

MARQUES NETO, Floriano Peixoto de Azevedo. Do contrato administrativo à administração contratual. **Revista do Advogado: Contratos com o Poder Público**, n. 107, p. 74–82, 2009.

_____. Extensão das sanções administrativas de suspensão e declaração de inidoneidade. **Boletim de Licitações e Contratos (BLC)**, p. 487–491, out. 1997.

MARQUES NETO, Floriano Peixoto de Azevedo; CYMBALISTA, Tatiana Matiello. Os acordos substitutivos do procedimento sancionatório e da sanção. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**, v. 27, 2011. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

MARRARA, Thiago. Acordos de leniência no processo administrativo brasileiro: modalidades, regime jurídico e problemas emergentes. **Revista Digital de Direito Administrativo** v. 2, n. 2, p. 509–527, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/99195>>. Acesso em: 2 set. 2016.

_____. **O “diálogo competitivo” como modalidade licitatória e seus impactos**. 2017. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-jan-06/thiago-marrara-dialogo-competitivo-modalidade-licitatoria>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

_____. **Em 20 anos, Lei de Licitações não foi capaz de coibir desvios**. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-abr-04/thiago-marrara-20-anos-lei-licitacoes-nao-foi-capaz-coibir-desvios>>. Acesso em: 2 set. 2016.

_____. Método comparativo e Direito Administrativo. **Revista Jurídica UNIGRAN** v. 16, n. 32, p. 25–37, 2014. Disponível em: <<https://www.academia.edu/14081368/>>. Acesso em: 27 out. 2016.

_____. **Sistema brasileiro de defesa da concorrência:** organização, processos e acordos administrativos. São Paulo: Atlas, 2015.

MARRARA, Thiago; NOHARA, Irene Patrícia. **Processo administrativo: Lei n° 9.784/99 comentada.** São Paulo: Atlas, 2009

MARSHALL, Robert C.; MARX, Leslie M. The vulnerability of auctions to bidder collusion. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 124, n. 2, p. 883–910, 2009. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40506246>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MARTINEZ, Ana Paula. **Repressão a cartéis:** interface entre direito administrativo e direito penal. São Paulo: Singular, 2013.

MARTINS, Amanda Athayde Linhares. Prova indireta de cartel no âmbito das associações: comportamento paralelo e *plus factors*. **Economic Analysis of Law Review**, v. 2, n. 1, p. 41–64, 2011. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Probidade administrativa.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006

MATTOS, César. **Modalidades de licitação e cartéis no Brasil.** 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

MCAFEE, Preston R.; MCMILLAN, John. Bidding rings. **The American Economic Review**, v. 82, n. 3, p. 579–599, 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2117323>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitação e contrato administrativo.** 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo.** 32. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

MELLO, Rafael Munhoz de. **Princípios constitucionais de direito administrativo sancionador:** as sanções administrativas à luz da Constituição Federal de 1988. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. **Da licitação.** São Paulo: Bushatsky, 1978.

MENDES, Renato Geraldo (Org.). **Lei de licitações e contratos anotada: notas e comentários à Lei nº 8.666/93**. 9. ed. Curitiba: Zênite, 2013.

_____. **O processo de contratação pública**. Curitiba: Zênite, 2012.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Consistência e aceitabilidade dos preços nas licitações públicas: disfunções do comportamento administrativo. **Boletim de Licitações e Contratos (BLC)**, p. 437–456, 2010.

MUKAI, Toshio. **Licitações e contratos públicos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Aspectos destacados do novo regime de licitações e contratações das estatais**. 2016. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/joel-de-menezes-niebuhr/aspectos-destacados-do-novo-regime-de-licitacoes-e-contratacoes-das-estatais>>. Acesso em: 9 set. 2016.

NÓBREGA, Marcos. Novos marcos teóricos em licitação no Brasil: olhar para além do sistema jurídico. **Revista Eletrônica de Direito do Estado**, v. 30, 2012. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

NÓBREGA, Marcos; LIRA, Bruno. O Estatuto do RDC é contrário aos cartéis em licitação? Uma breve análise baseada na teoria dos leilões. **Revista Brasileira de Direito Público - RBDP**, v. 35, 2011. Disponível em: <<http://www.editoraforum.com.br>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

NOHARA, Irene Patrícia. Licitação e contratos administrativos. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (Org.). **Tratado de direito administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v. 6.

_____. **Mudanças promovidas pela nova lei das estatais: pontos fortes e fracos**. 2016. Disponível em: <<http://direitoadm.com.br/mudancas-promovidas-pela-nova-lei-das-estatais/>>. Acesso em: 27 out. 2016.

NUNES, Daniele de Oliveira. Cartéis em licitações: fronteiras entre a infração à ordem econômica e o ato de improbidade administrativa. **Revista de Defesa da Concorrência**, v. 4, n. 1, p. 185/210, 2016. Disponível em: <<http://revista.cade.gov.br/index.php/revistadedefesadaconcorrenca/article/view/254>>. Acesso em: 2 set. 2016.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; FREITAS, Rafael Vêras de. O regime diferenciado de contratações públicas (RDC) e a administração de resultados. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**, v. 27, 2011. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

OSÓRIO, Fábio Medina. **Direito administrativo sancionador**. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

PEREIRA, Cesar A. Guimarães. **A supressão da declaração de inidoneidade na lei das empresas estatais: retroatividade da norma sancionatória mais benéfica**. 2016. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

REZENDE, Renato Monteiro de. **O Regime Diferenciado de Contratações Públicas: comentários à Lei nº 12.462, de 2011**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, 2011. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

RIVERO, Jean. **Curso de direito administrativo comparado**. Trad. José Cretella Júnior. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

ROSILHO, André Janjácomo. **Controle da administração pública pelo Tribunal de Contas da União**. 2016. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Licitação no Brasil**. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **Direito concorrencial: as estruturas**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos. Sanções administrativas. Suspensão temporária e declaração de inidoneidade. Extensão. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (Org.). **Temas polêmicos sobre licitações e contratos**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

SCARPINELLA, Vera. **Licitação na modalidade pregão (Lei 10.520, de 17 de julho de 2002)**. São Paulo: Malheiros, 2003.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. **Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

SCHIRATO, Vitor Rhein; PALMA, Juliana Bonacorsi de. Consenso e legalidade: vinculação da atividade administrativa consensual ao direito. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, n. 24, 2011. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SCHUARTZ, Luís Fernando; POSSAS, Mario Luiz. Habilitação em licitações públicas e defesa da concorrência. **Revista do IBRAC – Direito da Concorrência, Consumo e Comércio Internacional**, v. 5, p. 33, jan. 1998.

SILVA, Oscar José de Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SILVA FILHO, Laércio de Oliveira e; LIMA, Marcos Cavalcanti; MACIEL, Rafael Gonçalves. Efeito barganha e cotação: fenômenos que permitem a ocorrência de superfaturamento com preços inferiores às referências oficiais. **Revista do TCU**, v. 42, n. 119, p. 29/36, 2010. Disponível em: <<http://revista.tcu.gov.br>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

SILVEIRA, Paulo Burnier da. O direito administrativo sancionador e o princípio *non bis in idem* na União Europeia: uma releitura a partir do caso “Grande Stevens” e os impactos na defesa da concorrência. **Revista de Defesa da Concorrência**, v. 4, p. 5–22, 2014. Disponível em: <<http://revista.cade.gov.br>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

STOCKING, George W; WATKINS, Myron W. **Cartels in action: case studies in international business diplomacy**. New York: American Book-Stratford Press, 1946. Disponível em: <<http://heinonline.org>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

STRINGHINI, Adriano Candido. **Disciplina antitruste e licitações públicas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SUNDFELD, Carlos Ari. Contratações públicas e o princípio da concorrência. In: SUNDFELD, Carlos Ari (Org.). **Contratações públicas e seu controle**. São Paulo: Malheiros Editores, 2013, p. 15–41.

SUNDFELD, Carlos Ari; CÂMARA, Jacintho Arruda. Controle das contratações públicas pelos Tribunais de Contas. **Revista de Direito Administrativo (RDA)**, v. 257, p. 111–144, 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/8589/7325>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

_____. A proibição de contratar com o poder público e seus efeitos sobre os grupos empresariais. In: SUNDFELD, Carlos Ari; JURKSAITIS, Guilherme Jardim (Orgs.). **Contratos públicos e direito administrativo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2015, p. 189–211.

SUNDFELD, Carlos Ari; ROSILHO, André. Onde está o princípio universal da licitação? In: SUNDFELD, Carlos Ari; JURKSAITIS, Guilherme Jardim (Org.). **Contratos públicos e direito administrativo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2015, p. 19–38.

SUNDFELD, Carlos Ari; SOUZA, Rodrigo Pagani de. A lei de improbidade e a proibição de receber benefícios fiscais ou creditícios. **Revista da Faculdade de Direito (RFD-UERJ)**, n. 29, p. 27–48, 2016. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/download/23668/16726>. Acesso em: 8 dez. 2016.

VITTA, Heraldo Garcia. **A sanção no direito administrativo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

WEISHAAR, Stefan E. **Cartels, competition and public procurement: law and economics approaches to bid rigging**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2013

ZUBIAUR, Carlos A. El principio de concurrencia en la licitación pública. Restricciones y garantías. In: CASSAGNE, Juan Carlos (Org.). **Derecho administrativo: obra colectiva en homenaje al profesor Miguel S. Marienhoff**. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1998. p. 993/1009.

Documentos institucionais

BRASIL. **Declaração de Brasília**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://conaci.org.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE); Secretaria de Direito Econômico (SDE). **Portaria conjunta SEAE/SDE nº 50, de 1º de agosto de 2001**. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Direito Econômico (SDE). **Portaria SDE nº 51, de 03 de julho de 2009**. Brasília, 2009.

_____. **Análise dos aspectos concorrenciais do PLC 32/2007**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 1 jan. 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Direito Econômico (SDE). Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). **Defesa da concorrência no Judiciário**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/defesa_da_concorrência.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Direito Econômico (SDE). Coordenação-Geral de Análises de Infrações no Setor de Compras Públicas (CGCP). **Análise dos aspectos concorrenciais do PLC 32/2007**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Direito Econômico (SDE). Departamento de Proteção e Defesa Econômica (DPDE). **Combate a cartéis em licitações**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.comprasnet.gov.br>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. **Combate a cartéis em sindicatos e associações**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Informações gerenciais de contratações e compras públicas**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.comprasgovernamentais.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

OCDE, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Collusion and corruption in public procurement**. 2010. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/competition/cartels/46235884.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. **Competition and procurement: key findings**, 2011. Disponível em: <<http://www.oecd.org/regreform/sectors/48315205.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

_____. **Competition in bidding markets**. 2010. Disponível em: <<http://www.oecd.org/competition/abuse/38773965.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

_____. **Competition law and policy in Brazil**. 2010. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/competition/45154362.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. **Diretrizes para combater o conluio entre concorrentes em contratações públicas**. 2009. Disponível em: <<http://www.oecd.org/competition/cartels/44162082.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

_____. **Fighting cartels in public procurement.** 2008. Disponível em: <<http://www.oecd.org/competition/cartels/41505296.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

_____. **Fighting hard-core cartels: harm, effective sanctions and leniency programmes.** 2002. Disponível em: <<http://www.oecd.org/competition/cartels/1841891.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

_____. **Guidelines for fighting bid rigging in public procurement: helping governments to obtain best value for money.** 2009. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/competition/cartels/42851044.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

_____. **Lei e política de concorrência no Brasil: uma revisão pelos pares,** 2010. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/competition/45154401.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

_____. **Public procurement: the role of competition authorities in promoting competition,** 2007. Disponível em: <<http://www.oecd.org/competition/cartels/39891049.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

_____. **Recommendation of the council concerning effective action against hard core cartels,** 1998. Disponível em: <<http://acts.oecd.org>>. Acesso em: 21 jun. 2015

USA. Department of Justice. Antitrust Division. **Preventing and detecting bid rigging, price-fixing, and market allocation in post-disaster rebuilding projects.** Disponível em: <http://www.justice.gov/atr/public/guidelines/disaster_primer.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2015.

_____. **Price fixing, bid rigging, and market allocation schemes: what they are and what to look for.** Disponível em: <<http://www.justice.gov/atr/public/guidelines/211578.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

USA. Federal Bureau of Investigation. **White-collar crime: a report to the public.** Washington: U.S. Department of Justice, 1989. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

Casos

BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). **Inquérito Administrativo nº 08700.004617/2013-41.** Representante: CADE “ex officio”.

Representados: Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. e outros. Brasília, 19 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

_____. **Processo Administrativo nº 08012.001273/2010-24.** Representante: Grupo Especial de Delitos econômicos - GEDEC/MP/SP. Representados: Tuma Instalações Térmicas Ltda. e outras. Conselheiro Relator: Márcio de Oliveira Júnior. Brasília, 05 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://sei.cade.gov.br>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

_____. **Processo Administrativo nº 08012.001826/2003-10.** Representante: SDE “ex officio”. Representados: Asservigs - Associação das Empresas de Vigilância do Rio Grande do Sul e outros. Conselheiro Relator: Abraham Sicsú. Brasília, 19 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://sei.cade.gov.br>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

_____. **Processo Administrativo nº 08012.002127/2002-14.** Representante: SDE “ex officio”. Representados: Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britada do Estado de São Paulo e outros. Conselheiro Relator: Luiz Carlos Delorme Prado. Brasília, 13 de julho de 2005. Disponível em: <<http://sei.cade.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. **Processo Administrativo nº 08012.004599/1999-18.** Representante: SDE “ex officio”. Representados: F. Hoffmann - La Roche Ltd. e outros. Conselheiro Relator: Ricardo Vilias Bôas Cueva. Brasília, 14 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://sei.cade.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. **Processo Administrativo nº 08012.009888/2003-70.** Representante: SDE “ex officio”. Representados: White Martins Gases Industriais Ltda. e outros. Conselheiro Relator: Fernando de Magalhães Furlan. Brasília, 01 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. **Requerimento nº 08700.002740/2014-09.** Requerente: General Motors do Brasil Ltda. Conselheiro Relator: Alessandro Octaviani Luis. Brasília, 30 de julho de 2014. Disponível em: <<http://sei.cade.gov.br>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

_____. **Requerimento nº 08700.007402/2015-44.** Requerentes: Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (“CCCC”) e outros. Conselheiro Relator: Vinicius Marques de Carvalho. Brasília, 19 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://sei.cade.gov.br>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Habeas Corpus nº 137.349.** Ministra Relatora: Maria Thereza de Assis Moura. Sexta Turma. Brasília, 05 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. **Habeas Corpus n° 190.334**. Ministro Relator: Napoleão Nunes Maia Filho. Quinta Turma. Brasília, 10 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. **Recurso Especial n° 151.567**. Ministro Relator: Francisco Peçanha Martins. Segunda Turma. Brasília: 25 de fevereiro de 2003. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

_____. **Recurso Especial n° 842.428**. Ministra Relatora: Eliana Calmon. Segunda Turma. Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. **Recurso Especial n° 896.044**. Ministro Relator: Herman Benjamin. Segunda Turma. Brasília, 16 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. **Recurso Especial n° 1.571.527**. Ministro Relator: Sebastião Reis Júnior. Sexta Turma. Brasília, 06 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 1.094 Medida Cautelar**. Ministro Relator: Carlos Velloso. Tribunal Pleno. Brasília, 21 de setembro de 1995. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

_____. **Agravo Regimental em Recurso Extraordinário n° 676.280**. Ministro Relator: Roberto Barroso. Primeira Turma. Brasília, 14 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. **Habeas Corpus n° 100.042**. Ministro Relator: Celso de Mello. Decisão Monocrática. Brasília, 02 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. **Habeas Corpus n° 108.147**. Ministra Relatora: Cármen Lúcia. Segunda Turma. Brasília, 11 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. **Mandado de Segurança n° 30.788**. Ministro Relator: Marco Aurélio Mello. Ministro Relator para Acórdão: Roberto Barroso. Tribunal Pleno. Brasília, 21 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. **Questão de Ordem no Inquérito nº 2424**. Ministro Relator: Cezar Peluso. Tribunal Pleno. Brasília, 20 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **Acórdão nº 392/2011**. Ministro Relator: José Jorge. Brasília, 16 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

_____. **Acórdão nº 1.417/2008**. Ministro Relator: Augusto Sherman. Brasília, 23 de julho de 2008. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

_____. **Acórdão nº 1.636/2007**. Ministro Relator: Ubiratan Aguiar. Brasília, 15 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

_____. **Acórdão nº 1.829/2016**. Ministro Relator: André de Carvalho. Brasília, 13 de julho de 2016. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br>>. Acesso em: 04 out. 2016.

_____. **Acórdão nº 3.089/2015**. Ministro Relator: Benjamin Zymler. Brasília, 02 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

_____. **Acórdão nº 3.617/2013**. Ministro Relator: José Jorge. Brasília, 10 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br>>. Acesso em: 04 out. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). **Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 0071957-47.2010.4.01.0000**. Desembargador Relator: João Batista Moreira. Brasília, 01 de julho de 2011. Disponível em: <<http://jurisprudencia.trf1.jus.br>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

Notícias

BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Assessoria de Comunicação Social. **Cade celebra acordo com construtora Camargo Corrêa na investigação de cartel em licitações da Petrobras**. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal (MPF). Notícias da Procuradoria da República no Estado de São Paulo. **Executivos de empreiteiras são denunciados por fraude à licitação e formação de cartel**. Disponível em: <<http://www.prsp.mpf.gov.br>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

CARVALHO, Mario Cesar. **Justiça manda anular maior multa da história do Cade.** Folha de São Paulo, São Paulo, 16 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 16 maio 2016.

RIBEIRO, Mônica. **Ministério Público e Município de São Cristóvão firmam TAC objetivando combater os cartéis em licitações.** 2010. Disponível em: <<http://mp-se.jusbrasil.com.br/noticias/2366090/ministerio-publico-e-municipio-de-sao-cristovao-firmam-tac-objetivando-combater-os-carteis-em-licitacoes>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

VALLONE, Giuliana. **Brasil lidera ranking de empresas ameaçadas de rebaixamento pela Moody's.** Folha de São Paulo, São Paulo, 22 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/04/1619391-brasil-lidera-ranking-sobre-empresas-ameacadas-de-rebaixamento.shtml>>. Acesso em: 25 abr. 2015.